

Roberto José Moreira

Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade¹

Introdução

Este ensaio problematiza a sustentabilidade como uma matriz discursiva que procura colocar em foco os processos associados às relações da cultura humana e natureza nos pós-anos 1970. Nucleada na noção de sustentabilidade ambiental hegemônica, referendada pelas Nações Unidas no Relatório Brundtland e incorporada nas práticas de várias instituições transnacionais e nacionais, esta matriz discursiva aglutina uma verdadeira nebulosa ambientalista de discursos críticos e contra-hegemônicos. Este ensaio elabora o argumento de que tal matriz discursiva, bem como boa parte dos outros discursos, não problematiza a apropriação privada da natureza legitimada pelos Estados burgueses. Examinaremos as assimetrias do poder associado ao domínio privado do território, ao monopólio de classe sobre a natu-

Roberto José Moreira é professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA /UFRRJ. (moreirarob@alternex.com.br)

¹ Apresentado na primeira sessão “Capitalismo e sustentabilidade: o ‘desenvolvimento sustentável’ em questão” no Seminário Temático: “Natureza e sociedade: a sustentabilidade em questão”. Anpocs, 2004, Caxambu, MG.

reza e aos usos capitalistas do ecossistema, refletindo sobre a questão da sustentabilidade. A partir de desdobramentos da teoria da renda da terra identificaremos alguns sentidos da apropriação privada do ecossistema na disputa pela apropriação privada de tecnologias, de saberes culturais sobre o ecossistema e como ativo financeiro, associando essa discussão a mudanças culturais sobre o conceito de natureza, bem como os novos usos que se colocam no território e espaços ecossistêmicos.

No item “a matriz discursiva da sustentabilidade” procuraremos elucidar os interesses em disputa que conformam diferentes sustentabilidades. Em “renda da natureza” estaremos identificando a conformação da apropriação mercantil da natureza sob a lógica capitalista e financeira dos mercados e as disputas que se tornam visíveis sob a ótica dessa teoria expandida para os fenômenos das globalizações contemporâneas. Em “considerações metodológicas” apresentamos os argumentos da centralidade da cultura e da assimetria de poderes na apropriação privada contemporânea. Refletindo sobre o conceito de natureza, a apropriação privada do conhecimento e da cultura associados à renda da terra e a sustentabilidade, no conjunto do texto construímos a hipótese de que as assimetrias de poder na atual ordem capitalista globalizada tendem a socializar a renda da natureza para além dos domínios da propriedade privada e para além dos domínios nacionais, viabilizando um possível domínio transnacional sobre os espaços nacionais e uma apropriação intercapitalista transnacional, mediada pelo capital financeiro, de rendas do ecossistema.

A matriz discursiva da sustentabilidade

A conformação do campo de forças ambientalistas na Eco-92 nos levou a considerar que o conceito de sustentabilidade carregava uma indeterminação que denominamos de nebulosa ambientalista (Moreira, 1993). O aprofundamento na compreensão das disputas da sustentabilidade, em um enfoque interpretativo que denominamos de economia política da sustentabilidade, procurava então elucidar os

sentidos nos quais as regulações ambientalistas sobre as funções sociais da propriedade privada impunham uma coloração verde ou ecológica à dinâmica competitiva intercapitalista (Moreira, 1999). Referindo-nos às análises sobre a renda da natureza (Moreira, 1995) e da apropriação privada da biodiversidade (Moreira, 1999) procurávamos sob o enfoque da economia política da sustentabilidade localizar as lutas ambientalistas como elementos componentes de luta de classes, mesmo quando não se apresentassem desta forma para os movimentos sociais ambientalistas. Concluíamos que, apesar de originalmente a crítica ecológica e ambientalista radical visualizar a ruptura da produção e a negação da ordem social das sociedades industriais, o que estava em curso era a construção de um capitalismo ecológico. Demonstrávamos ainda que as regulações ambientalistas dos usos dos recursos naturais – e do conhecimento tecnológico – não rompiam com a existência da propriedade privada e nem com a busca da lucratividade capitalista, ou seja, não rompiam com a lógica da ordem capitalista, ao mesmo tempo em que reconhecíamos que a existência de movimentos ambientalistas e socioambientalistas tensionavam os usos da propriedade privada, particularmente aqueles associados à propriedade da terra e da natureza.²

² O significado de sustentabilidade *ambiental* referia-se ao sentido de sustentabilidade do ambiente natural e da biodiversidade e o significado de sustentabilidade *socioambiental* imporia considerações de níveis de pobreza e os suportes sociais às populações de baixa renda. O primeiro significado poderia estar associado às situações de sociedades ditas desenvolvidas e o segundo, em situações subdesenvolvidas, podendo nesses casos envolver questões de consolidação da democracia, da cidadania e até do direito a postos de trabalho, a terra de trabalho, saúde e habitação. No primeiro sentido, de sustentabilidade ambiental, a defesa do meio ambiente e os movimentos ecologistas podem ser, e de fato o são, interpretados como movimentos radicados nas sociedades e setores sociais abastados, como “coisa de rico”. Alier (1997) procura demonstrar a existência de movimentos ambientais dos pobres, tanto em suas manifestações locais como globais. Associados ao significado de sustentabilidade socioambiental, estes movimentos tendem a rejeitar a alcunha de *ecologistas*. Para o autor eles são ambientalistas na medida em que, ao defender as condições de subsistência social, defendem a dinâmica da biodi-

Paradoxalmente, a sustentabilidade incorporaria, assim, uma insustentabilidade intrínseca às contradições do próprio capitalismo, raramente destacada por algumas correntes ambientalistas críticas. Estes movimentos tensionam tanto as ordenações políticas do Estado quanto as ordenações econômicas do Mercado.

Em “O pós-modernismo e o mercado”, ao problematizar o conceito de ideologia e localizar as análises de discurso pós-modernas, Fredric Jameson direciona sua análise para o mercado e o planejamento – ou ainda, Mercado e Estado, mercado e política.³ Defende a tese de que “a retórica de mercado tem sido o componente central e fundamental nesta luta ideológica, a luta pela legitimação ou deslegitimação do discurso de esquerda.” Em sua elucidação da ideologia ou do discurso do mercado, o autor demonstra o caráter utópico deste, questionando a formulação ideológica de que “o mercado está na natureza humana”. Em sua opinião, “é o terreno de luta ideológica mais crucial em nossa época”. Procura elucidar que o mercado, e seus discursos, apóiam-se em uma utopia de Mercado, real em sua própria irrealidade, por pressupor a igualdade de todos frente ao mercado, “no domínio dos oligopólios e das multinacionais não existe hoje nenhum mercado livre” (Jameson, 1996: 270-273). Dessa ligeira apresentação sobre o Mercado, gostaríamos de reter que a subsunção da sustentabilidade ao Mercado carrega assimetrias de poderes na distribuição

versidade que é básica a esta subsistência. Por exemplo, a luta de povoações e populações contra a poluição de suas águas provocada pela mineração, no Peru, a luta dos seringueiros e de Chico Mendes, na Amazônia, e das “quebradeiras de coco”, no Nordeste brasileiro (Moreira, 1999).

³ O autor argumenta que “em Marx essa teorização específica da ideologia (...) sugere que a dimensão ideológica está intrinsecamente incrustada na realidade, que a secreta como uma característica de sua própria estrutura. Essa dimensão é então profundamente *imaginária*, em um sentido real e positivo: isto é, ela existe, e é real, na medida em que é uma imagem, marcada como tal e destinada a permanecer como tal, sua própria irrealidade e incapacidade de se tornar real sendo exatamente o que é real nela” (Jameson, 1996: 270).

dos valores de troca de mercadorias e serviços, dentre os quais as mercadorias e serviços oriundos dos usos da natureza.

Nossa apropriação da análise de discurso,⁴ aplicado ao conceito de sustentabilidade, visará a elucidação de sua qualificação histórica em uma ordem capitalista, que impõe à sustentabilidade um planejamento e um mercado, ou seja, tende a condicionar a sustentabilidade às disputas políticas do planejamento e às competições técnico-econômicas do mercado. Nesse sentido, o discurso da sustentabilidade carrega uma utopia e esconde assimetrias de poderes.

Nossa tese é de que a sustentabilidade contém uma essência histórica capitalista, que poderia ser visualizada na elucidação de sua matriz discursiva. Estaremos argumentando que as críticas ambientalistas contemporâneas conformam uma nebulosa ambientalista de interesses sociais e discursos que tensionam o conceito de natureza da modernidade mas não questionam a propriedade privada capitalista, resultando apenas em gerenciamentos de seus usos, agora ampliados para além da produção de alimentos. O que temos em processo é a incorporação dos constrangimentos ambientalistas à acumulação capitalista, de capitalismo ecológico (Moreira, 1999) ou capitalismo natural (Hawken, Lovins e Lovins, 2002). Tais considerações certamente passarão por considerações indicativas de hegemonias e contra-hegemonias, locais e globais, que se expressariam nos diferentes usos discursivos da sustentabilidade.

É nosso intuito ressaltar que subjacentes ou imanentes a essas disputas vigoram o direito capitalista da propriedade privada e o conceito de natureza fundador da cultura moderna, uma natureza antrópica a ser dominada e manipulada, apesar dos movimentos de reconceitua-

⁴ Nos interessa no momento a apropriação que Jameson faz do qualificador histórico da “análise de discurso” de Stuart Hall. Para o autor: “o nível fundamental no qual a luta política se dá é o da legitimação de conceitos como os de planejamento e mercado – ou pelo menos assim é agora, em nossa situação específica. No futuro, a política assumirá formas mais ativistas do que essa, exatamente como já o fez no passado” (Jameson, 1996: 271).

lização da natureza. Será necessário reconhecer a hegemonia desse direito e desse conceito, agora repostos pela aventura civilizatória das transgenias, clonagens, da inteligência artificial, bem como na busca de novas matrizes energéticas e tecnologias ambientais. Tais seriam os novos desafios globalizados da sustentabilidade hegemônica.

Em Moreira (1999), delineando o campo de disputa associado ao conceito de sustentabilidade, argumentava que o Relatório Brundtland, de 1987 (Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas), por sua divulgação e importância, conferia ao conceito de sustentabilidade a impressão generalizada de um conceito acabado. Expressa a noção de que o desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem arriscar a satisfação das necessidades das futuras gerações.⁵ A formulação das Nações Unidas, produzida pela Comissão, é suficientemente vaga para não ferir os interesses hegemônicos consolidados; seja de nações, de corporações nacionais e transnacionais; seja de classes sociais, de domínios territoriais ou mesmo tecnológicos, nesse sentido ganha o *status* de conceito hegemônico.

Na ciência ecologia, a capacidade de sustentabilidade está associada à máxima população de uma espécie que pode manter-se indefinidamente em um território sem provocar uma degradação na base de recursos que possa fazer diminuir essa mesma população no futuro. A migração da noção de sustentabilidade da disciplina ecologia para os campos da economia política e do desenvolvimento implicaria considerar-se a máxima população humana que poderia se manter

⁵ Diversos autores analisam paradoxos e contradições dessa postulação, tais como: a incompatibilidade entre o conceito de sustentabilidade oriundo da ciência ecologia e o conceito de desenvolvimento associado ao progresso econômico ilimitado e à maximização de lucros; a inconsistência entre o tempo humano ou econômico da acumulação e o tempo biofísico da biosfera; a impossibilidade de falar-se em desejos e aspirações das gerações futuras e, principalmente, medi-los e valorá-los hoje (cf. Moreira, 1999).

indefinitivamente em um território – região ecossistêmica, nação ou planeta – sem provocar uma degradação na base de recursos que possa diminuir essa população no futuro. O que estaria em jogo no conceito seria a sustentabilidade da vida da espécie, onde o “manter-se indefinitivamente sem degradação na base de recursos” comporia os parâmetros avaliativos de sua sustentabilidade. Sob a inspiração da ecologia, a questão da sustentabilidade das sociedades humanas estaria associada aos processos de auto-regulação social do acesso ao uso dos recursos, do controle do crescimento populacional, dos seus padrões de manutenção (existência, subsistência, bem-estar social, etc.), bem como de sua capacidade de conhecer os limites a partir do quais o seu crescimento populacional deveria ser zero, produzindo a não-degradação dos recursos.

Nesse sentido, a sustentabilidade é uma utopia.

A aceitação dessa postulação pressupõe: a infinitude do ser humano; o pleno conhecimento (das manifestações da vida no planeta, dos determinantes do crescimento populacional e dos padrões de manutenção) e uma razão humana reguladora capaz de controlar todas as dimensões da vida.

Se aplicarmos esse conceito de sustentabilidade para a ordem capitalista, a sustentabilidade capitalista também seria uma utopia por mais um motivo. Além dos pressupostos destacados, pressupõe que a liberdade de decisão de ordem privada – seja de indivíduos ou grupos empresariais – contenha razão, vontade e conhecimento necessários para a tomada de decisões socialmente sustentáveis à espécie humana, ou mesmo a sociedades e nações em geral.⁶

⁶ O mesmo raciocínio poderia ser aplicado a ordens imaginárias de uma sociedade socialista utópica, onde o todo social expressaria uma razão planejadora capaz de conter o pleno conhecimento e regular as especificidades socioecossistêmicas da diversidade.

Compreender relações indivíduo-sociedade, aqui postuladas como auto-regulações sociais, implica reconhecer as autonomias relativas desses dois pólos tidos como antinômicos no pensamento moderno.⁷

As auto-regulações sociais capitalistas – entre as quais, os direitos de propriedade e de uso estabelecidos sobre as bases de recursos – não podem ser compreendidas sem reconhecer as ordenações políticas, econômicas e culturais do Estado e do Mercado. O direito privado de propriedade e o direito privado de uso dessa base de recursos resultam de uma dupla regulação: operacionalizada e legitimada pelo Estado e pelo Mercado.

A divulgação ampla daquela noção de sustentabilidade produziu a falsa imagem que a origem do conceito estava associado ao Relatório Brundtland. Apoiando-nos em Brüseke (1996) procuramos destacar que os debates anteriores ao Relatório⁸ delineavam um campo de disputa político e discursivo que aglutinava uma visão tridimensional de sustentabilidade. As polêmicas sobre a eficiência econômica de recursos naturais não renováveis, os requisitos de justiça social da distribuição desigual de renda e bem-estar entre indivíduos e nações e a prudência ecológica necessária à conservação da biodiversidade e à vida das futuras gerações conformavam esse campo tridimensional de interesses sociais. Cada um por si mesmo também polimorfo, tornando complexa a nossa nebulosa ambientalista. Essa visão tridimensional poderia assim conter sustentabilidades.⁹ A incorporação dos

⁷ Estaríamos de volta às questões das polaridades e determinações entre os “vícios privados e benefícios públicos”, de Mandeville, e o “egoísmo privado e a mão invisível do mercado”, de Adam Smith, impossíveis de serem aceitos para as relações de indivíduo-sociedade, conforme demonstra, entre outros, Elias (1994).

⁸ Referimo-nos às posições do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo, de 1972, às publicações de Georgescu-Roegen, de 1971, de Ignacy Sachs, de 1976, à declaração de Cocoyok, de 1974, e ao relatório Dag-Hammaröskjöld, de 1975. (cf. Brüseke, 1996 e Moreira, 1999).

⁹ Como já destacado, em Moreira (1999) formulamos duas possíveis matrizes discursivas e interpretativas, uma sustentabilidade ambiental e uma sus-

constrangimentos ecológicos à lógica capitalista requereria, portanto, processos de regulação dos direitos de propriedade e de usos dos recursos. Mudanças e legitimações de leis e regulamentações ambientais ou socioambientais, conforme o caso.

Neste sentido, de um modo ou de outro, os processos legitimados representam processos de redistribuição ecológica que, apesar de não questionarem a natureza fundamental da propriedade privada destas sociedades, impõem movimentos das fronteiras não materiais da propriedade, redimensionam os direitos herdados e reconformam em algum grau os parâmetros da competição intercapitalista.

Em uma segunda ordem de questões, a nebulosa ambientalista e as diferentes perspectivas de sustentabilidades aí contidas poderiam estar associadas a diferentes teorias e conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, refletindo diferentes visões de mundo, nas quais o conceito de natureza assumiria posição fundamental. Nesse contexto a matriz discursiva da sustentabilidade colocaria ainda em foco, além da imanência dos embates econômicos, as relações da cultura e natureza,¹⁰ em especial seus desdobramentos no pós-1970.¹¹ Temos postulado que no caldo dos movimentos ecológicos e ambientalistas vivemos na atualidade um processo de ressignificação do mundo natural e da natureza que, por sua vez, englobam a própria ressignificação da natureza humana.¹² O conceito de natureza como fundamento de uma cultura impõe visões sobre o mundo natural, bem como informa como lidar com esse mundo. No utilitarismo

tentabilidade socioambiental, dependendo do peso relativo que a tecnologia ambiental e a justiça social, respectivamente, viessem a ter no campo econômico hegemônico.

¹⁰ Para outras compreensões desses processos, ver a fenomenologia da percepção, em Castoriadis (1987: 135-157), as idéias da natureza em uma perspectiva histórica, em Lenoble (1990), a ideologia e a produção da natureza, em Smith (1984: 27-108), e a natureza dos homens, em Acot (1990: 97-94).

¹¹ Cf. Moreira (2003) para a ressignificação ocidental contemporânea do rural como natureza.

¹² Cf. Moreira (1993, 1995, 1998, 1999).

da modernidade os usos do mundo natural foram conformados pelas operações da razão científica, das revoluções burguesas e da revolução industrial. O que significa nessas ordenações a apropriação privada do mundo natural e em que sentido a renda da terra permite visualizar alguns sentidos subjacentes à sustentabilidade e ao exercício das assimetrias de poder?

Uma narrativa sobre a renda da natureza

Analisando a identidade e a diferença nas postulações antinômicas pós-modernidade, Jameson (1997) elucida a dialética dos processos de representação e de domínio do espaço na modernidade. O autor destaca que o direito de domínio do território caracteriza o mistério da posse, associando-a a uma violência societária.

Quanto à passagem histórica para o domínio territorial moderno, o autor argumenta que

... esse processo, no que tange ao espaço, pode certamente ser identificado com alguma precisão: é o momento em que o sistema ocidental de propriedade privada de terras desloca os vários sistemas de ocupação de terra com que se defronta ao longo de suas sucessivas expansões (ou, na situação européia, da qual emergiu pela primeira vez em pleno direito). Nem mesmo a linguagem da violência (...) pode expressar a maneira como a substituição de um sistema legal por outro, mais costumeiro, é uma questão de cálculo e de política estratégica elaborada (...). A violência sempre esteve, sem dúvida, implícita no próprio conceito de propriedade enquanto tal, quando aplicada à terra; trata-se sem dúvida de um mistério peculiarmente ambivalente o fato de seres mortais, gerações de organismos mortais, terem sido capazes de conceber que poderiam de alguma forma possuir partes da terra. As formas mais antigas de ocupação da terra (assim como as formas mais recentes de socialismo, igualmente variáveis de país a país) ao menos colocavam a coletividade como governante imortal, a quem partes do solo eram entregues; e tampouco jamais foi simples ou fácil desfazer essas relações sociais e substituí-las por outras aparentemente mais óbvias e manejáveis, baseadas na posse individual e num sistema jurídico de indivíduos equivalentes (...). A questão, porém, é que, onde quer que se invoque a oposição heterogeneidade e homogeneidade, é sempre esse processo brutal que

surge como referente último; os efeitos resultantes do poder do comércio e depois do capitalismo propriamente dito (...) para apropriar-se da paisagem e aplainá-la, reorganizando-a numa rede de parcelas idênticas, expondo-a à dinâmica de um mercado que agora organiza o espaço em termos de um valor idêntico. O desenvolvimento do capitalismo, então, distribuiu esse valor de forma muito irregular, até que, a longo prazo, em seu momento pós-moderno, a pura especulação, (...) a liberação da forma valor de qualquer de seus conteúdos concretos e terrenos, reina agora suprema e devasta cidades e campos que criou no processo de seu próprio desenvolvimento. Mas todas essas formas posteriores de violência abstrata e homogeneidade derivam da parcialização inicial, que traduz para o próprio espaço a forma dinheiro e a lógica da produção de mercadorias (Jameson, 1997: 38-39).

A destruição de domínios comunais, a parcelização das terras, a produção de mercadorias e a forma dinheiro apreçando as terras, culminando na pura especulação financeira contemporânea, tal seria a grande narrativa da apropriação do espaço ecossistêmico no capitalismo.

A solução ou o obscurecimento do mistério da posse, levantado por Jameson, não é de ordem divina ou natural, é da ordem do social. Uma determinada violência socialmente construída é legitimada e naturalizada, naturalizando poderes assimétricos de domínios sobre o território ecossistêmico, entre indivíduos, classes sociais, nações e sociedades. As representações, ideologias e discursos sociais hegemônicos associados ao domínio territorial deslocaram-se de uma formulação de direito absoluto – seja do Estado absolutista do Antigo Regime, e dos direitos comunitários a ele subjacente, seja do indivíduo privado moderno do Estado moderno burguês – para o reconhecimento de diferenciações de direito contemporâneas. Nesse movimento, o direito de propriedade torna-se sujeito a uma ordem política democratizante que tende a regular o uso do domínio, condicionando-o ao social e hoje aos requisitos ambientais. Os usos sociais e ambientais são da ordem da regulação política, podendo, no entanto, emergir por demandas das ordenações do mercado.

Sustentabilidade, direito de propriedade e uso da terra, da natureza ou do ecossistema, ordem política, econômica e cultural globalizada,

território do Planeta, regulações globalizadas sobre os usos de ecossistemas, sociedade global etc. Não seriam essas formulações discursivas indicadoras de uma nova questão agrária subjacente a uma ordem social globalizada transnacional, agora transvestida em questão ambiental? O direito de propriedade ainda é reconhecido pelas soberanias dos Estados nacionais, sendo o próprio território matriz fundadora das identidades nacionais, mas os direitos de uso extrapolam as fronteiras nacionais, estando referidos aos mercados globalizados. Como se dariam ou conformariam as relações globalização e localização, territorialização e desterritorialização, no que se refere a propriedade e usos de ecossistemas?

O não-questionamento da propriedade privada na ordem global e no interior das nações toma por pressuposto a ordem privada capitalista, bem como a distribuição dada da base de recursos entre os diferentes agentes sociais. Localizam os determinantes da sustentabilidade nessa ordem de distribuição de propriedade, naturalizando a violência de domínio do território e os mistérios que contêm tais direitos.

Procuramos demonstrar que os parâmetros das noções de sustentabilidade associados às postulações das Nações Unidas são construídos com base nesses pressupostos. Resulta daí que a sustentabilidade torna-se apenas uma questão de uso do ecossistema na lógica do mercado, com regulações políticas legitimadas em acordos internacionais.

Em texto recente (Moreira, 2003), destacamos que Boaventura Santos (2002), procurando entender a globalização contemporânea, inicia sua análise pela desconstrução da globalização hegemônica, desnaturalizando-a. Localiza sua emergência no Consenso de Washington que, para o autor, postulava um projeto político de dominação hegemônica global. No detalhamento de sua análise, Santos procura compreender o complexo exercício da hegemonia e de suas legitimações discursivas. Ao desdobrar sua narrativa analítica, visualiza as relações do local e do global, em suas formas e discursos hegemôni-

cos e contra-hegemônicos. O autor postula que o processo de globalização dilui as fronteiras das dimensões política, econômica, social e cultural. Dentro de cada uma delas, e na relação entre elas, conformam-se campos complexos de conflitos, que desautorizam análises simplistas. Deduz globalizações em diversos campos: políticos, artísticos, culturais, tecnológicos, econômico-financeiros etc. Tais campos, como verdadeiras nebulosas, carregam discursos, dinâmicas e interesses díspares e contraditórios; expressões de poderes hegemônicos e contra-hegemônicos. Nestes campos as tensões do local e global parecem apontar para valorizações contraditórias de práticas sociais e culturais transnacionais (globalizadas) e nacionais e regionais (localizadas). Com a intensificação das dimensões econômicas e políticas globalizadas, as relações sociais tenderiam a pressionar as fronteiras de antigos localismos – da tradição, do nacionalismo, da linguagem e da ideologia – próprios da modernidade. Nas rupturas dessas fronteiras, as relações sociais adquirem um espaço de atuação globalizado. Paradoxalmente, ganham força identidades locais, regionais e nacionais, porém com demarcações diferenciadas das antigas experiências, fazendo emergir novos localismos. Nesses processos paradoxais de desenraizamento, o autor identifica lutas e tensões econômicas, culturais e políticas – hegemônicas e contra-hegemônicas – no espaço global. Identifica globalizações de cima-para-baixo, hegemônicas, e de baixo-para-cima, de resistência ou contra-hegemônica. No grupo das hegemônicas identifica as formas de globalização do localismo globalizado¹³ e do globalismo localizado.¹⁴ No segundo grupo

¹³ *Localismo globalizado* é descrito como a situação na qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, e exerce uma influência preponderante sobre outros locais, como que descrevendo uma força centrífuga do global para os diferentes locais, a exemplo da atividade mundial das multinacionais e a exportação de valores, artefatos culturais e universos simbólicos ocidentais ou especificamente norte-americanos para outros locais do mundo (Santos, 2002: 65).

¹⁴ O *globalismo localizado* seria, pode-se dizer, a outra face da mesma moeda: o local que é modificado pelo global, o resultado dos impactos das práticas e imperativos transnacionais nas condições locais. O local é, nesse movi-

estariam as de resistência do cosmopolitismo¹⁵ e do patrimônio comum da humanidade,¹⁶ ambas com potencialidade contra-hegemônica globalizada. Tal formulação nos permitiria entender, por exemplo, as lógicas representativas do Fórum Econômico Mundial e do Fórum Social Mundial na atualidade (Moreira, 2003: 124-126).

Esses espaços da política transnacionalizada, bem como aqueles que tratam especificamente de temas ambientais e ecológicos e suas configurações em regulações mercantis, tendem a definir a ambiência da sustentabilidade ambiental. Será uma sustentabilidade ambiental capitalista e a questão operacional – teórica, técnica, cultural e política – a ela subjacente será a incorporação dos constrangimentos ecológicos à lógica competitiva intercapitalista, agora de caráter globalizado e planetário, de poderes assimétricos, entre nações e classes sociais. Estaríamos em uma outra configuração dos domínios territoriais? Fala-se em multifuncionalidade do território e em territorialidades no

mento, desintegrado, desestruturado e preparado para a possibilidade de ser reestruturado sob a forma de inclusão subalterna. Como globalismos localizados identificam-se as situações de eliminação do comércio de proximidade e criação de enclaves de comércio livre ou zonas francas; a destruição dos recursos naturais para pagamento da dívida externa; o uso turístico de tesouros históricos, entre outros. O uso e o valor local são transformados para atender a uma nova valoração global (Santos, 2002: 66).

¹⁵ Denominado de *cosmopolitismo* a primeira forma de resistência, que consiste na organização transnacional de estados-nações, regiões, classes ou grupos sociais vitimados pelas trocas desiguais, servindo-se das possibilidades de interação criadas pelo sistema mundial, tais como as tecnologias de informação e comunicação. A resistência consiste em tentar transformar trocas desiguais em autoridade partilhada. Por meio dessas práticas e discursos de resistência estruturam-se, pela coligação de grupos progressistas subalternos e seus aliados, redes de solidariedade e militância anticapitalista de abrangência global (Santos, 2002: 67).

¹⁶ Uma segunda forma de resistência é identificada como *patrimônio comum da humanidade*, noção que recorre ao direito internacional. São reivindicadas no âmbito planetário e têm um caráter transnacional intrínseco. Pode-se identificar a atuação desse modo de produção de resistência como fenômenos de uma sociedade civil e política global apenas emergente (Santos, 2002: 70-71).

mesmo momento histórico em que há reconstruções de identidades culturais, nacionalidades e etnias e movimentos de integração de espaços nacionais motivados por megamercados – Mercado Comum Europeu, Mercosul etc. –, bem como revalorizações do passado incrustado em patrimônios culturais e de patrimônios ecossistêmicos e bióticos “nacionais” e “da humanidade”. Estariam esses movimentos identificando novos processos de utilização do território? Novas formas de construção social dos espaços territoriais? Estariam reconfigurando os domínios territoriais em novos e complexos usos globalizados? Os usos dos espaços nacionais – campos de petróleo, biosistemas produtores de biomassas de usos e consumos mundializados, espaços turísticos etc. – estariam tornando-se fonte de interesse transnacional, ativando e intensificando as ordenações políticas e mercantis transnacionais em uma expansão da ordem política e econômica na gestação de um Estado e um Mercado mundializado?¹⁷ Estariam tais movimentos associados ao nosso debate sobre sustentabilidades, ambientais e socioambientais? Estariam subjacentes novos domínios e poderes sobre os territórios mundiais? Em que sentido a renda da terra poderia nos auxiliar a visualizar tais desdobramentos onde novos usos planetários do ecossistêmico, a interdependência de processos culturais, sociais, econômicos e planetários impõem revalorizações monetárias e financeiras dos territórios, redefinindo de uma forma complexa os mercados de terra e de espaços biossistêmicos?

No que concerne ao conjunto das sociedades contemporâneas, estas sociedades são fundamentalmente baseadas nas desigualdades da distribuição dessa base de recursos, de tal ordem que podemos falar de distribuição ecológica, seja no sentido de propriedade sobre um ecossistema, seja no seu uso.

¹⁷ Já objeto de teorização nas variadas teorias de globalizações e mundializações e nas recentes elaborações sobre o choque de civilizações (Huntington, 1997), a era da informatização (Castells, 1999a e b) e a constituição do Império (Hardt e Negri, 2001).

A distribuição ecológica pode ser entendida como

as assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais na utilização pelos humanos dos recursos e serviços ambientais, objeto ou não de trocas comerciais, isto é, ao esgotamento dos recursos naturais (incluindo a perda da diversidade), bem como às cargas de poluição (Alier, 1997: 216).

Em Moreira (1999), destacamos que o reconhecimento da distribuição ecológica como domínios sobre o território biossistêmico implica reconhecer uma distribuição ecológica relativa à ordem política e mercantil capitalista hegemônica e globalizada.¹⁸

Uma mesma propriedade territorial, com limites físicos definidos, pode ter seu espaço de ação social e econômica aumentado ou diminuído. Isto vai depender da forma e da eficácia que estiverem associadas às leis e regulamentações de cunho ambientalista. Em outros termos isto significa que novas formas de regulação – agora sócio-ambiental – do uso social da propriedade privada estão sendo criadas. (...). As disputas ambientalistas trazem, portanto, a possibilidade de mudanças nas fronteiras não-materiais da regulação social da propriedade privada que, neste sentido vai afetar os parâmetros legitimadores da competição intercapitalista, das tecnologias utilizáveis e dos direitos sócio-ambientais de trabalhadores e consumidores (Moreira, 1999: 261-262).

Nossa análise da renda da terra¹⁹ e do processo de territorialização do capital no campo envolveu uma reinterpretação da renda diferen-

¹⁸ Mesmo onde e quando o esgotamento dos recursos naturais e as cargas de poluição não assumiram ou assumirem visibilidade e significado social – não podendo, portanto, ser valoradas –, poderíamos visualizar, com esse conceito, a existência de uma distribuição ecológica legitimada, ou seja, uma auto-regulação social, mesmo que carregada de assimetrias e desigualdades.

¹⁹ Como elaborações discursivas as diferentes teorias sustentavam interesses de diferentes classes. A postulação fisiocrática, associada aos interesses aristocráticos do Antigo Regime, defendia o direito à renda dos proprietários em detrimento dos ganhos capitalistas mercantis, tidos como improdutivos. A postulação ricardiana, ao não reconhecer a existência da renda absoluta, negava o direito de monopólio de aluguéis à aristocracia proprietária, reconhecendo apenas a existência de rendas diferenciais, I e II. A postulação marxista enfatiza a apropriação da renda – absoluta e diferenciais I e II – como campo de domínio dos proprietários frente aos não-proprietários, inter-

cial I²⁰ e uma ressignificação da terra como natureza, permitindo-nos falar em renda da natureza (Moreira, 1995). A teoria da renda da terra, oriunda das discussões e embates entre interesses agrícolas e industriais, migra também para compreensão dos usos urbanos dos solos. No contexto atual, essa teoria se expandiria na compreensão de como os diferentes usos da natureza se desdobrariam nos preços e aluguéis de terras, garantindo aos seus proprietários a apropriação de parte do produto social globalizado, ou globalizável.

Procuramos demonstrar que a tradição analítica da renda da terra – e da renda diferencial I – considerava a localização e a fertilidade como dádivas da natureza. No debate clássico, “a renda diferencial I vai ser reconhecida como aquela parcela do valor dos produtos do solo que é paga ao proprietário pelo uso dos poderes originais e indestrutíveis do solo (localização e fertilidade)” e colocamos em discussão a noção de natureza e de natural associada ao uso e à propriedade, em resumo os direitos sobre a natureza na ordem capitalista. Ao não entendê-la como natural, nos sentidos ricardiano e marxista, e sim como uma "naturalidade" da sociabilidade capitalista, indagávamos, então, sobre o sentido e a significação das noções de fertilidade e de localização no contexto da apropriação capitalista (cf. Moreira, 1995).

pretando-a como divisão da mais-valia social apropriada, em primeira mão pelos capitalistas. No sentido marxista, a propriedade da terra é condição da produção de exploração dos não-proprietários e condição de apropriação da parte da mais-valia social pelos proprietários de terra. As diferentes magnitudes de rendas, agora capitalizadas, à semelhança dos juros sobre capitais imobilizados ou financeiros, definiriam o valor, ou seja, o preço das diferentes terras.

²⁰ A renda diferencial I, de *localização* e de *fertilidade*, é considerada, nas análises ricardianas e marxistas, a renda da terra propriamente dita. A renda diferencial II seria a renda capitalista da terra, que reconhece a incorporação de trabalho passado às terras oriundos de investimentos capitalistas passados, portanto claramente uma produção social. A renda absoluta, marxista, representaria o monopólio de classes sobre o território agrícola, associada ao direito de propriedade reconhecido pelos Estado.

Naquele texto ressaltamos que compreensão da localização das terras só tinha sentido quando referida aos núcleos de sociabilidade, no caso, das cidades e dos mercados, e aos investimentos sociohistóricos, públicos e privados, que localizavam as terras. Portanto, estaríamos falando de uma localização socialmente produzida e não de uma dívida da natureza. A produção social dessa localização não poderia ser considerada como produção mercantil sob o domínio de um capital privado, como é o caso das mercadorias. A fertilidade foi então compreendida como o conhecimento sociohistórico de possíveis utilizações das terras. Esse saber cultural também não poderia ser compreendido como produtos de capitais privados. A desnaturalização da localização e da fertilidade implicava então considerar os processos nos quais tanto a localização quanto a fertilidade socialmente produzidas seriam apropriadas privadamente na competição intercapitalista. Localização e fertilidade transformam-se nessa perspectiva em valores sociais que, produtos do trabalho humano, tornam-se passíveis de apropriação capitalista. A renda diferencial I configura-se como o resultado das disputas econômicas de apropriação privada de processos sociais de localização das terras frente aos mercados e de produção de conhecimentos técnicos sobre os usos das terras.²¹

Assim como a fertilidade (Moreira, 1998), a biodiversidade foi entendida como elemento componente da cultura – do saber científico e cotidiano. Nesse sentido, a sua apropriação privada é uma apropriação mercantil da cultura. Saberes culturais e investimentos sociais associados à localização, à fertilidade e à biodiversidade – bem como à ecologia e ao ecossistema –, mas distintos daqueles saberes e investimentos diretamente associados aos capitais privados empresariais,

²¹ Nossa análise sustentou o argumento de que os investimentos públicos e sociais em estradas, por exemplo, valorizavam as terras privadas beneficiadas, bem como que conhecimento técnico, socialmente gerado, valorizava as terras – como, por exemplo, foi o caso da valorização recente do cerrado brasileiro. Também ressaltamos a necessidade de compreender a técnica em seu tempo histórico, no sentido, por exemplo, de que, no passado, as terras com petróleo não tinham valor.

comporiam assim um caldo de valores sociais comunitários e universalizáveis,²² que poderiam ser vistos como patrimônio comum da comunidade, ou mesmo da humanidade, como postulam correntes do discurso contemporâneo. Tornam-se direitos privados associados à propriedade da terra, do território e do ecossistema, em síntese, da natureza.

Esses movimentos e mutações tendem a recolocar a questão do uso e da propriedade da terra e do meio ambiente natural no capitalismo. De um lado, requer um novo entendimento da especificidade do patrimônio em terras e uma ressignificação e revalorização da teoria da renda da terra na análise da dinâmica capitalista contemporânea e, portanto, da apropriação privada da biodiversidade. De outro lado, requer que coloquemos em questão o próprio conceito de natureza que está associado ao pensamento científico e aos campos disciplinares da economia e da economia política, em geral, e da economia sustentável e do desenvolvimento sustentável, em particular.

A tradição da economia política marxista trata a natureza como um dado. Apoiada no positivismo e no essencialismo,²³ esta tradição concebe o mundo natural e suas leis biofísicas como eternas, bem como pressupõe que o conhecimento científico revelaria estas leis imutáveis. Essa valoração da ciência e da técnica obscurece a historicidade e a própria dinâmica do conhecimento científico, assim como as diferentes realidades que emergem dos diferentes paradigmas científicos. Resulta na supervalorização do conhecimento científico frente às outras dimensões culturais na construção social da realidade, tais como as concepções religiosas, políticas e cotidianas. Neste

²² Talvez a noção marxista de trabalho abstrato pudesse abarcar esse “caldo cultural” socioistórico a partir de uma reconceitualização do trabalho abstrato, para além de sua compreensão como oriundo das transmutações dos trabalhos concretos acionados pela produção de mercadorias sob a égide de capitais privados. As considerações sobre trabalho material e imaterial nas sociedades contemporâneas em *trabalho produtivo* (cf. Moreira, 1999).

²³ Cf. Castoriadis (1982: 26-70).

sentido, a apropriação social do conhecimento científico pode configurar-se como ideologia de legitimação de forças hegemônicas ou como instrumento ideológico da própria compreensão da realidade social e da construção das identidades de classes no capitalismo. De uma forma ou de outra, torna-se, portanto, necessário reconhecer o relativismo do conhecimento científico e a realidade do imaginário social como elementos componentes das ações políticas e produtivas dos seres humanos.

Seja na tradição marxista ou em outras tradições das ciências sociais e naturais, a natureza e o mundo natural não podem ser tomados como dados fixos e imutáveis, e como tal são passíveis de resignificação em processos sociais de construção da realidade natural, sendo, portanto, um produto do trabalho, do conhecimento humano e, em um sentido mais geral, da cultura.

Essas considerações metodológicas e esses pressupostos analíticos, naquilo que se refere à análise da sustentabilidade, permitem-nos elucidar os embates sobre a apropriação privada da natureza, dos frutos da terra e da biotecnologia. As noções de capital natural, a concepção de serviços do ecossistema e a valoração da natureza ganham novos sentidos. As proposições relativas à prioridade da dinâmica da biosfera frente à dinâmica do sistema socioeconômico da humanidade, núcleo de uma série de questões ambientalistas e ecológicas, podem ganhar novas elucidações.²⁴

²⁴ Permitem também entender os embates entre as diferentes perspectivas teórico-analíticas da economia do meio ambiente e dos recursos naturais (de cunho neoclássico), da economia ecológica e da ambienomia (com base nas leis da termodinâmica), da economia institucionalista (que procura entender a busca de uma determinada qualidade ambiental em termos de custos de transação incorridos pelos elementos do ecossistema), da economia evolucionária (de inspiração schumpeteriana e aplicada à questão da busca e incorporação de tecnologias), da ecologia política e da economia política da sustentabilidade (de inspiração neomarxista), por nós formulada em Moreira (1999).

Na dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo, a esfera da acumulação financeira, quando comparada à esfera produtiva, parece ganhar autonomia quando ambas devem ser compreendidas como co-imanentes, ou seja, uma não pode ser pensada sem a imanência da outra. A própria produção discursiva do risco, mesmo que transmutada pela construção em linguagens de indicadores de risco, não pode ser descartada como lógica e estratégia das disputas econômicas transnacionais e intercapitalistas.

Disputas discursivas de qualificação e desqualificação assumem representações nas ordens monetárias e sustentam indicadores de riscos, ou seja, projeções presentes de cenários futuros de ações, papéis, títulos, moedas, tecnologias, mercados e patrimônios, dentre os quais os patrimônios ecossistêmicos. Campos de especulação financeira em processos de presentificação do futuro, que por sua vez conformam as próprias possibilidades de futuro.

O conhecimento científico e técnico aplicado ao código e à engenharia genética abre, ainda, um novo leque de interesses à acumulação capitalista, conformando o que podemos denominar de indústria da vida, na qual o direito e a propriedade sobre o conhecimento do código genético e sobre os recursos da biodiversidade cumprem papéis estratégicos. Estes processos intensificam e ampliam as disputas de apropriação de conhecimentos sobre o mundo natural e sobre a dinâmica da vida.

A situação do pequeno patrimônio produtivo na ordem capitalista e, em particular, na ordem capitalista contemporânea transnacional desqualifica a propriedade econômica de determinados patrimônios. Proprietários formais de direito não vivenciam condições de apropriação monetária de excedentes sob a forma de lucro e renda da terra, de tal forma que pequenos e miniempresários, trabalhadores autônomos e as forma familiares de trabalho, na cidade e no campo, são vistos como setores sociais que operam com lucro e renda da terra de magnitude zero. Economicamente isso significa que nem seus instrumentos de trabalho funcionam como capital e nem sua terra, como

propriedade econômica. Os excedentes gerados nessas instâncias como que se esvaecem no ar, sob a forma de juros, dentre outras, refletindo seu quase nulo poder na competição intercapitalista. Seus possíveis excedentes econômicos fluem para esferas competitivas de maiores poderes competitivos e, no final, para a acumulação financeira transnacionalizada.

Se aceitarmos as assimetrias nos mercados e dos poderes políticos na ordem transnacional, isso implica reconhecer a possibilidade de as rendas da terra, da natureza e do ecossistema, ou parte delas, estarem fluindo em mercados e instâncias financeiras transnacionalizadas.

A renda diferencial I refere-se aos conhecimentos que se tem sobre a fertilidade, a biodiversidade e matrizes genéticas de um ecossistema, bem como às situações de localização das terras, do território, do espaço de um ecossistema em relação aos mercados globalizados. A renda diferencial II refere-se aos investimentos privados, familiares e não monetários ou monetários, nacionais ou transnacionais, em um dado espaço ecossistêmico, concretizando uma dada tecnologia de uso desse território. A renda absoluta ainda contém, além desses dois elementos, a situação de monopólio de propriedade e do direito de uso, mesmo que regulado por critérios sociais ou ambientais. É nesse sentido que a distribuição ecológica funda disputas em variadas ordens sociais, conforme estamos destacando. Em outras palavras, a propriedade da terra, do território, do ecossistema capacita o seu proprietário a disputar a apropriação privada dos mais variados conhecimentos utilizáveis naquele ecossistema, bem como as vantagens de localização relativa frente aos mercados transnacionalizados e rotas do comércio. O território ecossistêmico torna-se assim índice da cultura e condições e fundamentos da vida social.

Whitehead, em suas Conferências de 1919, refletindo sobre as implicações da teoria relativista eisteniana, conclui que:

... a Natureza nos é conhecida, em nossa experiência, como um complexo de eventos passageiros. Nesse complexo, podemos dis-

cernir relações mútuas definidas entre eventos componentes, às quais podemos denominar suas posições relativas, posições estas que expressamos parcialmente em termos de espaço e tempo. Além de sua mera posição relativa em face de outros eventos, cada evento particular possui, ainda, seu próprio caráter peculiar. Em outras palavras, a natureza é uma estrutura de eventos e cada evento tem sua posição nessa estrutura e seu próprio caráter ou qualidade peculiar (Whitehead, 1994: 195).

Whitehead considera um evento aquela manifestação da natureza que é observada, cuja especificação requer o local, o momento e o caráter do mesmo. Nesse sentido, a natureza seria uma estrutura de eventos observáveis, onde o observador é um ser social humano. O fenômeno da observação realiza-se pela integralidade dos sentidos corporais humanos, conformando o que o autor denomina de apreensão sensível.²⁵ É nesse sentido profundo que a natureza é relacional e revela-se como um produto da cultura, havendo sempre um além imanente não perceptível, não observável pelos humanos, mesmo que esse não perceptível possa modificar-se sociohistoricamente. Castoriadis problematiza esse conhecimento do mundo na ordem do visível e do invisível, baseando-se nas elaborações fenomenológicas de Merleau-Ponty sobre o dizível e o indizível. O autor argumenta que o mundo natural humano é assim da ordem do imaginário, da ordem da cultura, e nem por isso perderia o sentido de realidade.²⁶ Tais formulações aplicam-se para os conhecimentos sociohistóricos dos e-cossistemas e suas realidades observáveis, índices da cultura, fragmentos da vida.

Em que sentido podemos dizer que a propriedade assimétrica do e-cossistema conforma um campo de possibilidade nessas disputas sobre a apropriação de conhecimentos aplicáveis ou, em outras palavras, sobre tecnologias?

²⁵ Cf. Whitehead (1994: 217-231) para os conceitos físicos fundamentais.

²⁶ Cf. Castoriadis (1978).

Neste momento do capitalismo, analisar os interesses econômico-sociais relevantes significa também analisar os processos de apropriação privada do conhecimento, seja do conhecimento técnico-científico, seja dos conhecimentos culturais rotineiros de culturas não hegemônicas que possam ser apropriados na esfera da acumulação.

Do ponto de vista dos processos econômicos, a institucionalização da ciência e da técnica significa investimentos sociais, públicos e privados, em educação e pesquisa. Esses investimentos são conformados e conformam a expressão dos interesses hegemônicos nas políticas educacional, científica e tecnológica. A própria produção social do conhecimento torna-se campo de disputa capitalista e a tecnologia não pode mais ser considerada como variável independente, como tem sido o procedimento da tradição analítica da economia e da economia política. Parte significativa da pesquisa aplicada passa a ser incorporada como atividades das empresas ou ainda como fundos públicos de ciência e tecnologia.

Em Moreira (1996), ressaltamos que os fundamentos do progresso técnico no capitalismo têm sido tradicionalmente associados ao processo de lutas de classes e ao processo de competição intercapitalista. Na primeira associação, o que conta é a diferenciação fundamental entre proprietários e não proprietários de meios de produção que estão em uso ou que podem ter potencialidades de uso futuro.²⁷ No

²⁷ Na perspectiva marxista este é o campo de operação das leis de movimento do capital e da operação analítica da teoria do valor. Este nível analítico vai tornar visível que o progresso técnico, a longo prazo, pode ser visto como a forma de o capital – as relações sociais do capital – contrapor-se à tendência decrescente da taxa de lucro e como meio de aprofundar a submissão do trabalho ao capital, mantendo e reproduzindo os elementos fundamentais do modo de produção capitalista, dentre os quais, a propriedade privada e o “trabalho livre”. Em nossa contemporaneidade, esta questão torna-se aparente nos processos estruturais de exclusão de massas significativas da força de trabalho do emprego e do acesso a rendas que levam a quedas nos salários reais e nos rendimentos destes setores sociais, bem como enfraquece a ações das instituições da classe trabalhadora no jogo político, como é o caso do enfraquecimento dos sindicatos e das políticas sociais.

segundo nível de análise, o que conta é a diferenciação entre os capitais privados e suas formas sociais de organizações empresariais ou privadas não empresariais, como são os casos relativos à subordinação indireta do trabalho ao capital, tais como os setores informais, de trabalhadores autônomos, miniempresarial etc... Este é o campo analítico que deixa visíveis a competição intercapitalista e a operação das forças dos mercados.²⁸ Nesse nível, o progresso técnico é visto como arma da concorrência intercapitalista e como meio de aumentar a eficiência produtiva do trabalho associado a um determinado capital privado. Este é também o campo analítico dos processos de inovação, adoção e difusão tecnológica. Aqui, a lógica tecnológica do processo competitivo garantiria ao empresário inovador uma vantagem relativa frente aos competidores.²⁹ Com o barateando relativo de seus custos de produção sua taxa de lucro se amplia, aumentando seu poder de competição e de investimento.

Regra geral, as elaborações analíticas relativas à importância do progresso técnico na competição intercapitalista fundam-se em dois pressupostos, não explicitados. O primeiro é o de que o modelo de operação capitalista é o modelo de operação do capital industrial e que a mercadoria é necessariamente um bem material, hoje insuficiente para a compreensão das facetas imateriais da produção. O segundo é o de que o controle da tecnologia está objetivado no controle dos meios de trabalho socialmente produzidos (os bens de capital industrializados), desconsiderando os direitos e a apropriação privada de conhecimentos técnico e cultural associados à produção histórica de uma dada tecnologia. Na hegemonia destes pressupostos, a teoria da renda da terra torna-se um apêndice da teoria geral e é vista apenas como um elemento da distribuição do excedente econômico.

²⁸ Na perspectiva marxista, esse é o campo de operação das leis de mercado, o campo da dinâmica do capital e da operação analítica da teoria dos preços. Na teoria neoclássica, esse seria o único campo analítico relevante.

²⁹ Romeiro e Salles (1996) utilizam-se dessa perspectiva para a análise de inovações sob restrição ambiental.

Nesse sentido, os capitalistas pagariam de seus excedentes os aluguéis à propriedade, reduzindo suas próprias taxas de lucro. Os recursos naturais não são considerados fatores de produção, as únicas relações teóricas relevantes seriam aquelas do capital-trabalho.

Uma outra tradição herdada, que está presente nos economistas clássicos, neoclássicos e marxistas e na sociologia marxista e schumpeteriana, é a de desconsiderar os processos sociais de produção de conhecimento tecnológico como parte componente da lógica da dinâmica capitalista. O raciocínio analítico que incorpora o “capitalista inovador”, de Schumpeter e “aquele capitalista que incorpora a tecnologia”, de Marx, está calcado em um modelo onde os processos sociais de geração-apropriação da tecnologia estariam fora do modelo. A tecnologia é considerada como variável independente, a inovação tecnológica é tomada como um dado, sem necessidade de explicação, ou mesmo de análise.

Além de politicamente conformado, o campo da ciência e da técnica não pode ser considerado independente da dinâmica social. Esse campo articula capitais e expressa interesses econômicos e sociais; portanto, é um campo de disputa e competição da acumulação capitalista.

Ao incorporar a questão da produção social e a apropriação privada do conhecimento aplicado, incorpora-se também a questão da produção imaterial – cultural – na lógica competitiva. Cumpre-nos assim reconhecer a necessidade de se analisar os processos político-ideológicos que legitimam a apropriação privada do conhecimento socialmente produzido. O debate e a legislação sobre os direitos de propriedade representados por patentes, marcas, selos, criação autoral e tecnologias são aspectos desta compreensão.

Na medida em que a terra, os recursos naturais e o ecossistema constituem-se nas circunstâncias em que se dão a vida humana e as possibilidades da produção social, o direito de propriedade sobre o ecossistema significa que seus proprietários de direito podem disputar a

apropriação do conhecimento que se tem sobre seus usos, no presente e no futuro, mesmo que não tenham feito nenhum investimento de capital ou de trabalho próprio na produção deste conhecimento.³⁰ Nestas situações, os grandes capitais manipulam um poder de mercado que lhes capacitam a apropriação privada de um sobrelucro significativo (cf. Moreira, 1995 e 1998).

Os mesmos processos de apropriação privada do conhecimento podem incorporar à lógica competitiva capitalistas conhecimentos culturais produzidos socialmente por culturas não-hegemônicas e por culturas locais, para além dos conhecimentos técnico-científicos, o que também implica reconhecer os direitos dessas culturas na ordem produtiva globalizada.

Em Moreira (1998), destacamos que na esfera da competição intercapi-talista a imobilização de capital dinheiro em terras está associada a outros processos que não os diretamente ligados à produção agrícola. Não é só um processo de valorização das terras em produção, mas também a valorização das terras em geral que está em jogo.

As análises da rendas diferenciais I e II referem-se ao campo analítico das terras em produção.

Há ainda um processo, reconhecido na análise da questão, que visualiza a valorização das terras como associada à elevação da demanda social por alimentos. Nesta formulação clássica de base malthusiana e ricardiana, aparece uma demanda social, externa à agricultura, por terras produtivas voltadas à produção agrícola que se rebate sobre a agricultura e o estoque de terras.

A terra ainda se valoriza como forma e resultados do processo de desvalorização do capital social, que envolve a competição tecnológi-

³⁰ A ênfase que aqui damos à produção e à apropriação do conhecimento não significa que desconsideramos a importância do poder de mercado dos capitais monopolistas, oligopolistas e transnacionais que, no capitalismo contemporâneo, operam em mercados imperfeitos.

ca, a obsolescência do capital produtivo imobilizado e a concentração e centralização de capitais.³¹

A terra pode apresentar-se para diferentes usos produtivos, diferentemente da rigidez produtiva de uma estrutura industrial. Como capital dinheiro imobilizado em terras, a terra vai funcionar como reserva de valor. Pode entrar na disputa intercapitalista pela apropriação do excedente econômico também como ativo financeiro. Entra na disputa pelo futuro como garantia de acesso a novas potencialidades e usos da terra abertos pelo avanço do conhecimento, pelas novas tecnologias e pela formação de expectativas com relação ao futuro.

Brandão (1988), em uma análise sobre as determinações do preço da terra no Brasil, examina dados de preços de venda e aluguéis de terra entre 1966 e 1984. O autor analisou o comportamento da rentabilidade do ativo terra *vis-à-vis* outros ativos financeiros,³² bem como examinou alguns fatores que diferenciariam o comportamento dos ativos terra dos demais, dentre os quais, o crédito rural subsidiado, o nível da atividade econômica e o comportamento do setor agrícola como um todo. Para aquele período, marcadamente de governos militares, o autor constatou que:

... a terra mostrou-se um ativo bastante atraente ao longo do período analisado. Seu retorno médio foi relativamente elevado e o risco associado relativamente baixo. Procurou-se também estimar regressões entre o preço e o aluguel da terra e algumas variáveis mencionadas na literatura. Os resultados encontrados indicaram que o crédito rural é certamente uma variável importante na explicação do preço da terra. (...) Observou-se que a política agrícola existente no Brasil talvez seja um dos maiores empecilhos à reforma agrária que vem sendo implementada. Dentro deste contexto, a dinâmica do mercado de terra é capaz de 'desfazer' grande

³¹ Ver Moreira (1995) para detalhes da argumentação.

³² Os ativos considerados foram: cadernetas de poupança, dólar no mercado oficial, dólar no mercado paralelo, letra de câmbio, Índice da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Índice da Bolsa de Valores do Bovespa e Terra. Na média do período a rentabilidade média da Terra fica abaixo das rentabilidades do IBV e do Bovespa e acima das demais rentabilidades.

parte da mudança de estrutura fundiária proposta. Tal ocorrerá em função tanto do sistema de crédito subsidiado para o setor, como também do sistema de incentivos fiscais (Brandão, 1988: 176-177).

Esta análise parece deslocada frente ao tema que examinamos. O que queremos destacar aqui é que, como ativo financeiro, a rentabilidade da terra, da natureza ou do biossistema pode incorporar valorizações distintas daquelas identificadas pelas rendas diferenciais I e II, determinando, no entanto, movimentos na renda absoluta que seriam identificados nos preços das terras. Atento a essa valorização da terra, tanto urbana quanto rural, Rangel (1979) veio a cunhar essa faceta especulativa das terras como uma quarta renda. A quarta renda, ao tornar visível a rentabilidade financeira da terra, leva-nos a ponderar sobre os processos transnacionais associados aos mercados de capitais e aos fluxos financeiros, especialmente aqueles associados às expectativas de futuro de ecossistemas, no curto, médio e longo prazos, em seus mais variados usos.

Um estoque de terras, apesar da rigidez de localização, apresenta, no entanto, uma possibilidade de uso bastante flexível: pode incorporar vários valores de uso. A utilização flexível das terras significa não só a produção de diversas mercadorias agropecuárias, mas também usos não agrícolas, tais como: usos urbanos, mineração, energia elétrica, lazer, turismo e já está sendo considerada como a fonte da biodiversidade, independentemente do que isso possa vir a significar com as novas tecnologias do genoma e da transgenia.

Neste sentido, podemos dizer que a terra tem a possibilidade de objetivar diversos usos presentes e futuros, respondendo à formação de expectativas. Essa flexibilização dos usos da terra imprime ao capital imobilizado em terras uma particularidade frente ao capital industrial, cuja composição técnica visa a produção de uma mercadoria determinada, um determinado valor de uso.

No sentido capitalista, podemos dizer que a imobilização do capital em terras, produtivas ou improdutivas, significa a territorialização

do capital. Não como algo estranho ao capitalismo, mas próprio dele.³³

Considerações metodológicas

Cultura humana e natureza. Conceito, teoria e visão de mundo. Discurso, linguagem e matriz discursiva. Diversidade, assimetria de poder e hegemonia.

Qualquer um desses conjuntos de palavras nos remete hoje ao vasto movimento antiessencialista, antimetafísico e antidualista presente em diversas tradições ocidentais representadas, por exemplo, sob os rótulos do holismo, existencialismo, desconstrutivismo, pragmatismo, pós-estruturalismo, pós-modernismo e hermenêutica.

As visões de mundo associadas a essas correntes interpretativas constroem a realidade como fluxos representativos de relações em contínua mudança, de relações sem termos e de relações entre relações, em um relativismo pós-moderno também associado à ciência relativista moderna.³⁴

A realidade relativista de fluxos nos possibilita visualizar as diferentes sustentabilidades de nossa nebulosa ambientalista como sujeitas às contingências de fluxos sociais em três dimensões socioistóricas: a dimensão do cálculo econômico, associada ao Mercado, à dimensão

³³ Os processos associados aos incentivos fiscais na Amazônia, nos anos 1970, por exemplo, significaram, no sentido que aqui estamos dando, a territorialização do grande capital. As lutas pela apropriação da terra e da natureza que conformam aspirações dos povos da Amazônia não estão dissociadas desse processo de territorialização do capital e do grande capital naquela região. Não é algo estranho ao capitalismo, é parte componente de sua dinâmica. Os embates associados à apropriação da terra na Amazônia têm a ver com a dinâmica do capitalismo contemporâneo e a territorialização de seus interesses: a biodiversidade é um deles.

³⁴ O relativismo científico moderno já reconhece essa impossibilidade desde Einstein. Sobre o conceito relativista de natureza, ver as *Conferências de 1919* de Whitehead (1994).

da justiça social, associada ao Estado, e à dimensão biofísica, associada ao Planeta.

Em sua análise, Brüseke (1996) colocava em dúvida que as adequações sugeridas no Relatório Brundtland atendam às críticas oriundas das postulações ecológicas e aos anseios de desenvolvimento autônomo oriunda dos países periféricos. Em Moreira (1999), destacávamos que, no referido Relatório, as questões ambiental e ecológica eram enfatizadas naquilo que se referia às relações entre nações. No Relatório Brundtland são sugeridas ações a governos nacionais e instituições internacionais, sem nenhum questionamento ou mesmo reconhecimento das desigualdades na distribuição e propriedade dos ativos ambientais que conformam as sociedades capitalistas. Esta postura não problematiza o jogo de forças, a dominação hegemônica do território ecossistêmico nos espaços transnacionais e nacionais, bem como as divergências de interesses a eles associados. Identificávamos então uma forte inadequação do ponto de vista da justiça e equidade social na medida em que a concentração de rendas e a diferenciação de estilos de vida, tanto no interior das nações, como dentre elas, sustentam-se no domínio privado sobre as dimensões biofísicas do Planeta. Nesse sentido, poderíamos argumentar que a sustentabilidade possível sempre expressará uma sustentabilidade hegemônica referida aos poderes expressos no Mercado, no Estado e no domínio do Planeta. Aberta aos jogos de poderes nesses domínios, a sustentabilidade é incerta e indeterminada. A justiça e a equidade social seriam aquelas referidas aos interesses hegemônicos, também sempre sujeitas às possibilidades abertas ao jogo político. Não haveria, portanto, arranjos lineares ou mesmo biunívocos. Nossa própria elaboração sobre as sustentabilidades ambientais e socioambientais deveria ser problematizada segundo suas contingências sociohistóricas.

A perspectiva antiessencialista do moderno relativismo filosófico e científico retira qualquer fundamento externo – de verdade e de realidade – das relações sociohistóricas. Obriga-nos a abandonar a distin-

ção entre sujeito e objeto, bem como entre os elementos do conhecimento humano oriundo das contribuições da mente humana e do próprio mundo natural. Nega os dualismos mente-corpo, sociedade-natureza e cultura-natureza. A natureza torna-se, nessa perspectiva, um conceito socialmente construído e a realidade é imaginária sempre associada ao contexto no qual ela é produzida, daí o sentido marcante do peso das contingências sociohistóricas nas decisões e ações humanas.

As diferenças político-discursivas de diferentes sustentabilidades tornar-se-iam visíveis na medida em que priorizam, de forma diferenciada, questões nacionais ou globais, a manutenção do *status quo* ou sua mudança, bem como levam em consideração a dimensão ecológico-ambiental ou a ignore.³⁵ Nebulosas no interior de nebulosas.

Esperar em nossa contemporaneidade a conformação de um só conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável é não reconhecer os diferentes interesses e forças sociais que conformam a dinâmica das sociedades e suas relações contemporâneas globalizadas, o que não nega, no entanto, a conformação de conceitos hegemônicos.

Haveria, portanto, relevância em elucidar as disputas hegemônicas e contra-hegemônicas no interior dos diferentes discursos ambientalistas.

³⁵ Como destacou Viola (1996) para os alinhamentos sociopolíticos e a formação de novas forças sociais transnacionais associadas a esta dimensão ambiental, cumpre-nos considerar que no campo de disputa da sustentabilidade – e do desenvolvimento sustentável – as dimensões do cálculo econômico e da esfera sociopolítica, em primeiro lugar, envolveriam o embate de forças e interesses conservadores e progressistas, sejam eles globalistas ou nacionalistas e ambientalistas ou não-ambientalistas. Em segundo lugar, a sensibilidade à dimensão biofísica aglutinaria os embates entre não-ambientalistas e ambientalistas, sejam eles globalistas ou nacionalistas e conservadores ou progressistas. E, finalmente, levando em conta a dimensão territorial e cultural teríamos ainda o embate de forças e interesses nacionalistas e universalistas, localistas e globalistas, sejam eles conservadores ou progressistas e ambientalistas ou não-ambientalistas.

tas. Na medida em que o mundo natural compõe o discurso ambientalista, o próprio mundo natural torna-se parte componente da política e as representações da natureza tensionam as prévias articulações hegemônicas impondo requisitos ambientalistas nas ordens do mercado e do planejamento e mesmo de ordem civilizacional.

Neste final do século XX e início do XXI, fala-se no fim da natureza e da evolução.³⁶ O lugar da natureza no conhecimento e na cultura tem recebido atenção nos mais variados campos. Na filosofia, na ciência, na arte e na cultura podem ser identificados indícios de mudanças nos conceitos hegemônicos de natureza e de natureza humana da modernidade. Leis (1999), analisando as críticas ambientalistas da “modernidade insustentável” destaca, em uma ampla perspectiva de análise desde o século XVII, as raízes estéticas do ambientalismo, as ciências e o debate ambientalista, a revolução ambiental da sociedade civil, a politização da ecologia no Estado e sua incorporação no Mercado, bem como sua expansão nos processos de globalização e espiritualização do ambientalismo.

Em Moreira (1999), associávamos a discussão do trabalho material e imaterial com a apropriação privada do conhecimento e compúnhamos uma argumentação a favor da compreensão de que a Natureza é um produto da cultura e, portanto, do conhecimento humano. Os argumentos filosóficos desenvolvidos por Deleuze e Guattari (1992) demonstram as profundas implicações que a compreensão da natureza como plano imanente da cultura trazem para os mais variados campos da existência humana. Os de Rorty (1994) retiram os fundamentos de qualquer compreensão do conhecimento com reflexo ou espelho da natureza. Ambos retiram a supremacia da filosofia como fonte ou fundamento perene e eterno da vida humana, recolocando-a como produções sociohistóricas. Nessas perspectivas analíticas a Natureza em si e suas leis tornam-se assim compreendidas como pres-

³⁶ Cf. McKibben, 1990 e Ward, 1997, dentre outros.

supostos sociohistóricos da cultura.³⁷ O próprio conhecimento perde qualquer pretensão de um fundamento absoluto ou transcendente de verdade, existente por de fora da cultura, seja em Deus, nas leis da Natureza, na Idéia etc., todos passam a ser construções sociais imaginárias.

Destacávamos em Moreira (2003) que em sua historicidade uma identidade social carrega tudo aquilo que foi, criou e se tornou, bem como tudo aquilo que incorporou da sociedade, consciente ou inconscientemente. Expressas em corpos e mentalidades, essas identidades (individuais e coletivas) carregam suas possibilidades futuras de ser, criar, bem como um presente de angústias, aspirações e incertezas do seu vir a ser. Cada identidade é, assim e sempre, expressão de múltiplas ordens relacionais que se dão em redes sociais, materiais e afetivas. De pertencimento familiar, de vizinhança, de grupos sociais, de classes, regionais, nacionais e internacionais, em suma, locais e globais. As contingências sociais vivenciadas no passado, no presente e projetadas para o futuro, que denominamos em Moreira (2003) de ambiências socioecossistêmicas – ou, simplesmente, ambiência –, conformam assim as possibilidades de pensar, de ser e de se comportar dos indivíduos, seja privada seja socialmente. Em sua relação social, toda identidade contém um Outro social incorporado em sua subjetividade, bem como as pulsões biossistêmicas primordiais.

Essas elaborações darão sentido ao destaque que pode ser dado ao passado oligárquico do Estado, da cultura e da própria sociedade brasileira e de seu fundamento no domínio particular sobre o território, registrado na alta concentração na distribuição da propriedade de nossas terras, bem como às expectativas de futuro das tecnologias da biodiversidade, da engenharia genética, dos direitos de patentes, das reservas naturais, indígenas, quilombolas e extrativistas na ambiência das sustentabilidades do presente.

³⁷ Cf. Rorty (1994), Di Biase (2000), Moreira (1995, 1999 e 2002) e Leis (1999).

A possibilidade de existência de uma identidade requer a existência de outras identidades, tal é essa contingência do relacional dialético. O uno requer o diverso, o indivíduo só existe na relação social. A identidade “natural” requer a existência de outra “não natural”.

No momento histórico da ascensão do Estado burguês moderno na Europa a identidade cultural, “não natural”, que se torna hegemônica esteve localizada na cidade, o lugar do moderno. Para essa identidade “cultural” moderna, o Outro se configurava como a “natureza” selvagem, a ser dominada.³⁸ Jameson (1996) argumenta que Heidegger estabelecia uma relação fantástica com a paisagem orgânica do campo pré-capitalista e da sociedade dos vilarejos camponeses, que seriam a forma final da imagem da Natureza em nosso tempo, ou seja, o Outro dos tempos modernos.³⁹ Neste sentido, poderíamos afirmar que esse outro imaginado como a Natureza teria desaparecido por conta do vigoroso e implacável processo de modernização econômica das sociedades burguesas, como indica a emergência das teses sobre o fim do rural, da natureza, da biodiversidade e da evolução. Jameson postula que “em nossos dias, no entanto, pode ser possível pensar tudo isso de forma diferente, no momento do eclipse radical da Natureza” (Jameson, 1996: 60). O capitalismo tardio, a Revolução Verde, o neocolonialismo e as megalópoles estariam associados irre-

³⁸ As adjetivações associadas à floresta virgem nos século XVII na Europa incluíam as palavras “terrível, sombria, selvagem, deserta, agreste, melancólica, desabitada e assolada por feras” (Leis, 1999: 57). “Até o século XVIII, havia um conjunto de concepções que valorizavam o mundo natural domesticado, e os campos de cultivo eram os únicos que tinham valor. O homem era considerado o rei da criação e os animais, destituídos de direitos e sentidos e, portanto, insensíveis à dor.” (Diegues, 2001: 23). Para detalhamentos, cf. Macfarlane (1987) e Lenoble (1990).

³⁹ Exploramos essa abordagem visando a análise da imagem de rural na modernidade, onde destacamos que “nos processos políticos e econômicos das transições à ordem e ao poder burguês o que estava em jogo era a destruição do poder das classes aristocráticas ou proprietárias de terra e não as sociabilidades dos ‘vilarejos camponeses’ e nem a ‘paisagem orgânica do campo pré-capitalista’” (Moreira, 2003).

vogavelmente à destruição daquela imagem da Natureza de Heidegger. O novo seria um Outro propriamente humano, o poder humano acumulado nas máquinas. Para o autor

... a tecnologia pode servir de maneira abreviada para designar o poder do propriamente humano e portanto antinatural presente no trabalho humano descartado acumulado nas máquinas – um poder alienado (...) que se volta contra nós em formas irreconhecíveis e parece constituir-se no horizonte distópico massivo de nossa práxis coletiva e individual (Jameson, 1996: 61).

O autor aponta que o desenvolvimento tecnológico é, na visão marxista, um resultado do desenvolvimento do capital, em vez de uma instância determinada em si mesma. Destaca, com Mandel, as relações das revoluções tecnológicas com o capitalismo de mercado, monopolista ou imperialista e com o capitalismo tardio, pós-industrial ou multinacional. Diz o autor:

Nesse aspecto, sentimo-nos tentados a falar de algo novo e historicamente original: a penetração e colonização do Inconsciente e da Natureza. Ou seja, a destruição da agricultura pré-capitalista do Terceiro Mundo pela Revolução Verde e a ascensão das mídias e da indústria da propaganda (Jameson, 1996: 61).

A tecnologia e a máquina representariam, nas representações culturais da contemporaneidade, esse poder humano alienado, esse Outro que se volta contra nós em formas irreconhecíveis. Em Moreira (2003), afirmamos ser essa “a verdadeira transmutação do produto humano em controlador do humano, exposta pelo fetichismo da mercadoria de Marx: sua forma naturalizada, o Mercado.”

O que estamos tentando elucidar é se a contemporaneidade poderia ser pensada como vivenciando o deslocamento desse referencial civilizacional de identidade. O Outro já teria se deslocado da Natureza para a Máquina, permitindo imaginar o próprio ser humano como artificial, presente nas imagens e práticas associadas à busca do clone, do robô, do cérebro artificial e dos transgênicos, o que impediria a própria distinção moderna entre o natural e o artificial.

Em textos anteriores, buscando afirmar a mercantilização capitalista desses processos, falamos em capitalismo ecológico, em mercantilização da psique e da mercantilização da vida (cf. Moreira, 1999 e 2003). É nesse sentido que poderíamos falar, com Diegues (2000), na construção de um mito moderno da natureza intocada, que só se completaria quando tal natureza já não mais fosse possível de ser vivida. A própria ambiência do Planeta já é marcadamente humana. Qual seria esse Outro social que se revela no indivíduo e na cultura contemporânea e que se incorpora nas subjetividades individuais e coletivas?

Não importa qual venha a ser a imagem representacional desse Outro que se tornaria mais presente e visível para indivíduos, sociedades e grupos sociais (o pai, a família, ... a sociedade, o mercado, a tecnologia, a máquina, a globalização, o dinheiro), a autoridade do poder que ela carregaria estabelece, a cada um, experiências de relações assimétricas de poder, mesmo que diferentes em diferentes períodos de socialização e de autonomização individual ou coletiva. Em Moreira (2003), argumentávamos que as “relações de poderes assimétricos, mesmo que exercidos em assimetrias hegemônicas, democraticamente construídas, produzem identidades hegemônicas e subalternas, reproduzindo ou reconstruindo as hierarquias sociais herdadas.”

Se reconhecermos a existência de processos recentes de ressignificação da natureza e da natureza humana, tais processos estariam indicando, no presente, tensões no núcleo de poder hegemônico da indústria e da cidade da modernidade, agora pensadas como indústria e cidade globalizadas, transnacionais. A vivência de tempos pós-modernos, de alta modernidade ou de uma sociedade globalizada nos rearranjos desse poder hegemônico poderia ser visualizada nas novas posições que assumem o capital financeiro, as indústrias da informação, da propaganda e cultural, as empresas transnacionais e as instituições econômicas, políticas e culturais transnacionais. As ressignificações de natureza e de ser humano de que estamos falamos

emergiriam assim de tensões no pólo hegemônico desse mundo globalizado.

Na dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo, a acumulação financeira, quando comparada à esfera produtiva, parece ganhar autonomia. A esfera financeira está associada às noções de esfera imaterial, fictícia e virtual do capital. A onda da revolução da tecnologia das comunicações imprime uma dinâmica de acumulação acelerada às indústrias das comunicações e culturais – produtoras de imagens, signos, visões de mundo, estilos de vida etc. –, assim como impõe processos de automação às indústrias já anteriormente sedimentadas, tornando aparente a importância cada vez maior do trabalho intelectual e da produção, também imaterial, de conhecimentos técnicos e científicos. De outro lado, o conhecimento científico e técnico aplicado ao código e à engenharia genética abre, ainda, um novo leque de interesses à acumulação capitalista, conformando o que podemos denominar de indústria da vida. Esses processos intensificam e ampliam as disputas de apropriação de conhecimentos científicos sobre o mundo natural e sobre a dinâmica da vida, que envolvem, em nossa atualidade, os interesses associados a biodiversidade, transgênicos e clones, bem como a agroecologia e correlatos.

No que se refere ao nosso tema – cultura, sustentabilidade e natureza – poderíamos reler os hegemônicos globalizados⁴⁰ contemporâneos como aqueles interesses associados à natureza artificializada da tecnologia e do mercado.

Aos modos de globalização hegemônicos contrapõem-se para Santos (2002) os modos de globalização de resistência do cosmopolitismo e do patrimônio comum da humanidade. A primeira forma de resistência consiste em tentar transformar trocas desiguais em autoridade partilhada. Como exemplos estariam os movimentos de associações indígenas, ecológicas e artísticas em busca de valores culturais alternativos e contra-hegemônicos. A segunda forma constrói-se em uma noção que recorre ao direito in-

⁴⁰ Para nossa abordagem das globalizações e contra-globalização e das relações global-local, veja Santos (2002) e Moreira (2002).

ternacional, identificando o patrimônio comum da humanidade. Como exemplos teríamos o caso das lutas pela proteção e desmercadorização dos recursos, entidades, artefatos e ambientes cuja sustentabilidade só pode ser garantida em escala planetária – um interesse mundial – entre elas as lutas ambientais e pela preservação da biodiversidade. Essas últimas, em particular, constroem novas imagens de rural, como já citamos serem a dos jardineiros da natureza e dos guardiões da natureza e da tradição. Nessa perspectiva poderíamos ainda incluir os agricultores orgânicos, agroecológicos e os artesãos que atualizam receitas e artefatos tradicionais (Moreira, 2003).

Tudo o que discutimos anteriormente mostra a relevância da análise dos processos sociais de geração, transmissão e distribuição do conhecimento nas sociedades contemporâneas. Esta relevância, para alguns autores, é de tal ordem que essas sociedades têm sido denominadas de sociedades do conhecimento. Neste contexto, analisar os interesses econômicos sociais hegemônicos significa também analisar os processos de apropriação privada do conhecimento, seja do conhecimento técnico-científico, seja dos conhecimentos culturais rotineiros de culturas não-hegemônicas, como as indígenas, camponesas, de curandeiros e de minorias, dos rurais imaginários, bem como, acrescentamos agora, a apropriação das naturezas e sustentabilidades imaginárias que aqui estamos delineando.

Nessa perspectiva, o embate sobre o significado da sustentabilidade nas sociedades contemporâneas poderia assim ser visualizado como parte componente dos embates político-ideológico e econômico-social pela apropriação dos conhecimentos científicos e culturais sobre a natureza e o mundo natural. Valores abstratos de construções culturais em, talvez, uma nova visualização do trabalho abstrato marxiano.

Esperamos ter demonstrado que a análise do discurso da sustentabilidade, suportado por nossa elucidação da renda da natureza, torna-se relevante não só para revelar diferentes sustentabilidades mas também para dar concretude às análises de interesses econômicos associados aos usos e abusos dos ecossistemas.

Referências bibliográficas

- Acot, Pascal. História da ecologia. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- Alier, Joan Martínez. Justiça ambiental (local e global). In: Cavalcanti, Clóvis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.
- Brandão, A. S. P. O mercado de terra e estrutura fundiária no Brasil. In: Brandão, Antonio Salazar P. (ed.). Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes. Série PNPE, 18, 1988.
- Brüseke, Franz Josef. Desestruturação e desenvolvimento. In: Ferreira, L. da C. e Viola, E. (orgs.). Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas: Unicamp, 1996.
- Castells, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- Castells, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.
- Castoriadis, Cornelius. O dizível e o indizível. In: As encruzilhadas do Labirinto/1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Castoriadis, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Deleuze, Giles e Guattari, Félix. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- Di Biase, Francisco. O homem holístico. A unidade mente-natureza. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Diegues, Antonio Carlos. O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2000.
- Elias, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- Habermas, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. Lisboa: Edições 70, 1987.
- Hardt, Michael e Negri, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Hawken, Paul; Lovins, Amory e Lovins, L. Hunter. Capitalismo natural. Criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 2002.
- Huntington, Samuel P. O choque de civilizações. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- Jameson, Fredric. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos...

- Jameson, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.
- Leis, Héctor. *A modernidade insustentável*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- Lenoble, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- Macfarlane, Alan. *A cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- McKibben, Bill. *O fim da natureza*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- Moreira, Roberto José. *Pensamento científico, cultura e Eco-92: alguns significados da questão ambiental*. In: *Reforma Agrária (Abra)*, v. 23, 1, (14-39) jan/abr. 1993; e in: *Universidade e Meio Ambiente*, n. 5 Revista do Numa, 1993.
- _____. *Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista*. *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 4, 89-111, jul., 1995.
- _____. *Disputas paradigmáticas nos programas de pós-graduação em economia e desenvolvimento rural*. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 6, 65-80, jul., 1996.
- _____. *Terra e natureza: Um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade*. In: Da Silva, F. C. T.; Santos, R. e Costa, L. F. de C. (orgs.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- _____. *Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista*. In: Costa, L. F. C; Moreira, R. J. e Bruno, R. (orgs.) *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- _____. *Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação*. CPDA. *Ruralidades*, n. 1/set. 2002. www.ruralidades.org.br.
- _____. *Cultura, política e o rural na contemporaneidade*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, 113-143, abril, 2003.
- Rangel, Ignácio M. *Questão Agrária e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- Romeiro, Ademar Romeiro e Salles Filho, Sérgio. *Dinâmica de inovações sob restrição ambiental*. In: Romeiro, A. R.; Reydon, B. P. e Leonardi, M. L. A. (orgs.). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: Unicamp, 1996.
- Rorty, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Santos, Boaventura de Souza. *Os processos da globalização*. In: Boaventura de Souza Santos (org.) *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. (25-102).

- Smith, Neil. In: Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.
- Viola, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995. In: Ferreira, L. da C. e Viola, E. (orgs.). Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.
- Ward, Peter. O fim da evolução: extinções em massa e a preservação da biodiversidade. Rio de Janeiro: Campus, 1997
- Whitehead, Alfred North. O conceito de natureza. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. Estudos Sociedade e Agricultura, outubro 2004, vol. 12 no. 2, p. 194-236. ISSN 1413-0580.

Resumo: Este ensaio problematiza a sustentabilidade como uma matriz discursiva que procura colocar em foco os processos associados às relações da cultura humana e natureza depois da década de 1970. Nucleada na noção de sustentabilidade ambiental hegemônica, referendada pelas Nações Unidas no Relatório Brundtland e incorporada nas práticas de várias instituições transnacionais e nacionais, esta matriz discursiva aglutina uma verdadeira nebulosa ambientalista de discursos críticos e contra-hegemônicos. Argumenta-se que tal matriz discursiva, bem como boa parte dos outros discursos, não problematiza a apropriação privada da natureza legitimada pelos Estados burgueses. Ainda, examina assimetrias do poder associado ao domínio privado do território, o monopólio de classe sobre a natureza, os usos capitalistas do ecossistema e a questão da sustentabilidade.

Palavras-chave: sustentabilidade; natureza; renda da natureza; ecossistema; cultura e ambientalismo.

Abstract: (*Culture, sustainability and asymmetrical powers: a narrative on nature rent in contemporaneity*). This essay raises questions about sustainability as a discourse matrix that focuses on processes concerning the relations between human culture and nature after the 1970's. Centering on the notion of hegemonic environmental sustainability, adopted by the UN in the Brundtland report and incorporated in the practices of various transnational and national institutions, this discourse matrix congregates a whole array of critical and counte hegemonic

Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos...

discourse. The paper argues that this discourse matrix, as well as a large number of other discourses, doesn't question the private appropriation of nature that is legitimized by bourgeois states. Besides, it examines the power asymmetries related to the private dominion over territory, the class monopoly on nature, the capitalist use of the ecosystem and the issue of sustainability.

Key words: sustainability; nature; nature rent; ecosystem.